

A língua das caravelas :

Periodização do português europeu e origem do português brasileiro*♦

Charlotte Galves, IEL-Unicamp

O objetivo deste artigo é trazer elementos de resposta para uma pergunta freqüentemente levantada pelos estudiosos da história do Português Brasileiro e que pode ser formulada nos termos do título de um artigo de Ilza Ribeiro: “a mudança sintática do português brasileiro é mudança em relação a que gramática ?” (Ribeiro, 1998, p. 101), ou resumida de maneira mais pitoresca por Ivo Castro: “há que determinar que tipo de português veio nas caravelas” (Castro, 1994, p. 138). Essa pergunta por sua vez coloca a questão da periodização do português europeu, e em particular a natureza do português dos quinhentos, seiscentos e setecentos, épocas nas quais o português europeu foi sendo introduzido no Brasil por vagas sucessivas de imigrantes. Seguindo periodizações tradicionais (cf. Mattos e Silva 1994) esses três séculos corresponderiam respectivamente ao fim do período arcaico, ao português clássico e ao início do português moderno. Seguindo a análise de Martins (1994), o português europeu moderno já estaria instanciado em autores dos seiscentos.

A noção de gramática que usaremos aqui é aquela que corresponde ao que Chomsky, no seu livro de 1985, *Knowledge of grammar*, passou a chamar de Língua-Interna, ou Língua-I, por oposição à Língua-Externa, ou Língua-E. A Língua-I é a competência mental que possibilita ao falante o uso da sua língua materna, adquirida no processo natural de aquisição. A língua-E, por sua vez, são os enunciados produzidos pela Língua-I. Os textos que compõem a matéria prima da Linguística histórica são amostras da Língua-Externa da sua época. O que queremos a partir deles, é desvendar a

* Este trabalho é parte do projeto “Padrões rítmicos, fixação de parâmetros e mudança linguística, Fase II”, financiado pela Fapesp (processo 04/03643-0). Foi também parcialmente financiado pelo CNPq (processo 200611/88-7). Ele deve muitíssimo ao intenso trabalho de pesquisa das minhas jovens colaboradoras Maria Clara Paixão de Sousa, Cristiane Namiuti e Zenaide Carneiro, que eu agradeço por isso e pelo incentivo permanente.

♦ Dedico este texto a Mary Kato, que me incentivou a enveredar pela linguística histórica, e a Fernando Tarallo, que não tinha medo de conjugar variação com gramática.

Língua-Interna dos seus falantes. Assumindo que num determinado período, os falantes de uma determinada comunidade compartilham da mesma Língua-I, consideraremos que essa Língua-I é a gramática do período em questão. Para inferir a Língua-I de um autor, e da sua época, a partir da Língua-E dos seus textos, a noção de “competição de gramáticas” introduzida por Kroch (1994, 2001), é essencial porque, em regra geral, os textos não são a expressão pura da Língua-I adquirida pelos seus autores no seu processo natural de aquisição, mas vêm misturados com elementos produzidos por uma outra gramática, de maior prestígio na comunidade. A tarefa do linguista é então separar o trigo do joio para, interpretando adequadamente a variação entre diferentes formas instanciada pelos textos, descobrir qual é a gramática, entendida como Língua-Interna, dos falantes de uma determinada época. É desse ponto de vista que recolocaremos a questão tradicional da periodização, deslocando o enfoque da Língua-Externa para a Língua-Interna.

Como já proposto em Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2005), essa visão alternativa dos fatos nos leva a localizar a origem do chamado português clássico em data bem anterior ao século 16. Por outro lado, os trabalhos conduzidos a partir do Corpus Brahe (cf. entre outros Galves, Britto e Paixão de Sousa, 2005) indicam que a mudança para o português europeu moderno pode ser detectada de maneira robusta em textos escritos por autores nascidos na primeira metade do século 18. A nossa conclusão será que o português brasileiro evoluiu a partir de uma única gramática, que chamaremos de português médio – para não confundi-lo com o período tradicionalmente chamado clássico - subjacente aos textos, e por hipótese, à fala, de todo o período no qual a língua portuguesa pode ser considerada como formadora da língua brasileira.

I. A periodização do PE

1. A visão tradicional

Uma boa síntese da questão da periodização do português europeu, tal como ela aparece em obras clássicas sobre o assunto, pode ser achada em Mattos e Silva (1991, 1994). Para todos os autores considerados, o século 16 representa um marco incontornável na história da língua. Porém, há divergências sobre a sub-divisão, e a denominação, dos períodos que respectivamente precedem e seguem esse marco. Alguns autores, como Leite de Vasconcelos, Lima Coutinho, Matoso Câmara rotulam simplesmente a fase da língua que vai dos primeiros documentos remanescentes ao século 16 de português “arcaico” ou “antigo”. Outros subdividem esse período em duas fases, com uma linha divisória se situando entre a metade e o fim do século 14 (1350, fim da produção da lírica galego-portuguesa, e 1385, advento da Dinastia de Avis). Antes, temos o “português trovadoresco” (Silva Neto, Haug, Carolina Michaelis de Vasconcelos), o “galego-português” (Pilar Vasquez Cuesta, Paul Teyssier), ou ainda simplesmente o “português antigo” (Lindley Cintra, Ivo Castro). As duas primeiras denominações fazem referência à língua dos trovadores, remanescente da época em que o português e o galego eram um só idioma. A terceira, de maneira interessante para a discussão que seguirá, reduz a essa sub-divisão a noção de *antigo*, usada por outros para um período bem maior. Para a segunda sub-divisão, que abrange o período compreendido entre a segunda metade do século 14 e meados do século 16, as denominações variam mais. Os autores que tomavam a lírica trovadoresca como definitiva do período anterior, caracterizam este como da “prosa nacional”. Todos os outros parecem tratá-lo como um período essencialmente de transição. Lindley Cintra e Ivo Castro o chamam de “português médio”. Pilar Vasquez Cuesta vai mais longe, ao definir esse período em referência ao seguinte: “português pré-clássico”. É também o que faz Paul Teyssier, quando caracteriza o período que vai do fim da lírica galego-portuguesa até os *Lusíadas* como de “formação do português clássico”. Nesses termos, não se trata do fim de uma época mas da gestação de uma outra. Nós retomaremos essa idéia em outros termos mais abaixo.

O que acontece depois do século 16 não é enfoque dos textos de Mattos e Silva. Podemos notar contudo que, de novo, os autores divergem quanto à sub-divisão desse período. Para alguns (Silva Neto, Leite de Vasconcelos), o século 16 inicia o português moderno. Outros (Pilar Vasquez Cuesta, Lindley Cintra) propõem uma subdivisão em português clássico, até o século 18, e português moderno depois. Evidentemente, o termo português clássico remete mais à cultura/literatura do que à língua propriamente dita. Convém aqui citar Mattoso Câmara:

‘É costume ainda considerar, secundariamente, um período clássico, para os séculos 16 e 17, e outro pós-clássico, para os séculos subseqüentes. Tal divisão é especialmente adequada ao estilo na língua literária: aí, no português clássico, é sensível uma disciplina sintática calcada no latim literário, com a estruturação de uma elaborada e complexa hipotaxe, enquanto a partir do século 18 essa disciplina se quebra e a frase escrita se pauta por períodos mais curtos, sintaticamente soltos, sob a influência do francês escrito. Mesmo, entretanto, do ponto de vista do português oral comum, ou língua nacional em sentido amplo, há diferenças gramaticais nítidas entre os séculos 16 e 17 de um lado, e de outro lado, os séculos subseqüentes. Tudo indica, até, que a fonologia em que assenta a pronúncia padrão do português europeu atualmente, é posterior ao século 17.’(op. cit., p. 21).

O ponto enfatizado por Mattos e Silva nas duas obras citadas acima é a necessidade de reconsiderar essa periodização à luz de fenômenos lingüísticos, ou seja da história *interna* da língua. Nas palavras da autora:

‘.. para que se chegue a determinar, com rigor e com base em fatos lingüísticos, o limite último do período arcaico e sua provável sub-divisão, faz-se necessário ainda que se tome ou retome a documentação remanescente desse período com o objetivo de nela buscar as respostas para tais questões. Enquanto isso não esteja feito, considero que se pode aceitar como hipótese a ser trabalhada, seguindo Leite de Vasconcelos e Lindley Cintra, que o período arcaico se inicia com os primeiros

documentos em português e que muito das suas características se estendem até, pelo menos, 1536/1540, datas dos inícios da normatização da língua.’ (Mattos e Silva, 1994, p. 251)

O estudo preliminar de um conjunto de fenômenos fonológicos, morfológicos, e sintáticos levam Mattos e Silva a reafirmar as palavras de Carolina Michaelis de Vasconcelos que ‘uma língua não nasce em dia e hora certa, nem evoluciona num momento de um estado a outro. Algumas transformações realizam-se devagar, outras muito depressa’. Com efeito, ela verifica que certos fenômenos típicos do português arcaico desaparecem no fim do século 14, outras em meados do século 15, enquanto outras se estendem até o século 16. Esse fato também reforça o caráter de transição do período subsequente ao século 14.

Na segunda parte desta seção, trilhando o caminho sugerido por Mattos e Silva, mas deslocando o enfoque da análise da língua-E para a língua-I, trarei dados empíricos para uma nova periodização, retirados da história de um fenômeno bastante saliente do português: a colocação de clíticos.

2. Para uma nova periodização do português com base na história da colocação dos clíticos e outros fenômenos de ordem

Martins (1994) descreve a evolução da colocação de clíticos em documentos notariais escritos em Portugal entre o século 13 e o século 16. Mostra que existe uma classe de construções nas quais se observa variação entre colocação pré-verbal do clítico (próclise) e colocação pós-verbal (ênclise). Trata-se de frases nas quais o verbo não está em primeira posição – contexto de ênclise obrigatória - e nas quais não há nenhum desencadeador categórico de próclise como itens negativos, interrogativos, de focalização ou de subordinação precedendo o verbo. São construções nas quais o verbo está em segunda posição (V2), depois do sujeito, de um advérbio, de um sintagma preposicional, de um sintagma nominal deslocado, de uma conjunção de coordenação, ou de uma oração dependente.

A distribuição da ênclise e da próclise nesses contextos vai mudando ao longo do tempo. No começo, ou seja, nos textos do século 13, a ênclise é largamente dominante. Com o passar do tempo, ela vai decrescendo até desaparecer por completo dos textos do último período¹, como se vê no quadro a seguir (op. cit. p.56).

Quadro 1: Evolução da colocação de clíticos em textos notariais, de 1250 a 1550, por período de 50 anos (Martins, 1994)

	1250-99	1300-49	1350-99	1400-49	1450-99	1500-50
Cl-V	6,7%	18,8%	37,8%	71,4%	94,4%	100%
V-Cl	93,3%	81,2%	62,2%	26,8%	5,6%	0%

Para estudar a evolução da colocação da colocação pronominal depois do século 16, Martins também lança mão de um corpus de textos de natureza diferente, que podem ser agrupados debaixo do rótulo de “textos literários”. Ela mostra que a história da colocação de clíticos depois do século 16 vai no sentido oposto à evolução anterior, ou seja, volta para a ênclise dominante, e de fato, como se sabe, exclusiva no português do século 20. Segundo a autora, a gramática do português moderno já se encontra no Pe Antonio Vieira. Com efeito, Vieira nos seus Sermões apresenta uma taxa de ênclise de 68,4% nas sentenças V2 do tipo definido acima. Para ilustrar a evolução da colocação depois do século 16, Martins apresenta o seguinte quadro (op. cit. p. 273):

Quadro 2: Evolução da colocação de clíticos do século 15 ao século 19 , em textos literários, por autor(Martins,1994)

¹ O caráter muito proclítico do século 16 é também enfatizado por Lobo (1992), com base num Corpus de cartas.

	Cl-V	V-Cl
Alfonso de Albuquerque (1462?-1515)	73,5%	26,5%
Damião de Gois (1502-1575)	97,1%	2,9%
Fernão Mendes Pinto (1510?-1583)	98,1%	1,9%
Diogo do Couto (1542-1616)	72,5%	27,5%
Francisco Manuel de Mello (1608-1666)	92,3%	7,7%
Antonio Vieira (1608-1697)	31,6%	68,4%
Luis Antonio Verney (1713-1792)	27,3%	72,7%
Almeida Garrett (1799-1854)	19,3%	80,7%
Oliveira Martins (1845-1894)	2,4%	97,6%

Para o período posterior ao século 16, porém, a argumentação de Martins se assenta numa quantidade reduzida de autores: dois para o século 17 (Vieira e Melo, n. em 1608), um para o século 18 (Verney, n. em 1713), e dois para o século 19 (Garrett, n. em 1799 e Oliveira Martins, n. em 1845).

Na tentativa de conhecer melhor esse período, foi construído o *Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe* (de agora em diante CTB)², que reúne, na sua primeira fase, textos de 41 autores portugueses nascidos entre a primeira metade do século 16 e a primeira metade do século 19, num total de 1.821.000 palavras. 20 desses textos, de autores nascidos entre 1542 e 1835³, serviram de base

² O Corpus Tycho Brahe é livremente acessível em <http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus>

³ **Diogo do Couto** (1542-1606) *Décadas*

Luis de Sousa (1556-1632) *A Vida de Frei Bartolameu dos Mártires*

F. Rodrigues Lobo (1579-1621) *Côrte na Aldeia e Noites de Inverno*

Manuel da Costa (1601-1667) *Arte de Furtar*

F. Manuel de Melo (1608-1666) *Cartas*

Antonio Vieira (1608-1697) *Cartas, Sermões*

Antonio das Chagas (1631-1682) *Cartas Espirituais*

Manuel Bernardes (1644-1710) *Nova Floresta*

J. Cunha Brochado (1651-1735) *Cartas*

Maria do Ceu (1658-1753) *Relação da Vida e Morte da Serva de Deus a Venerável Madre Ellena da Cruz*

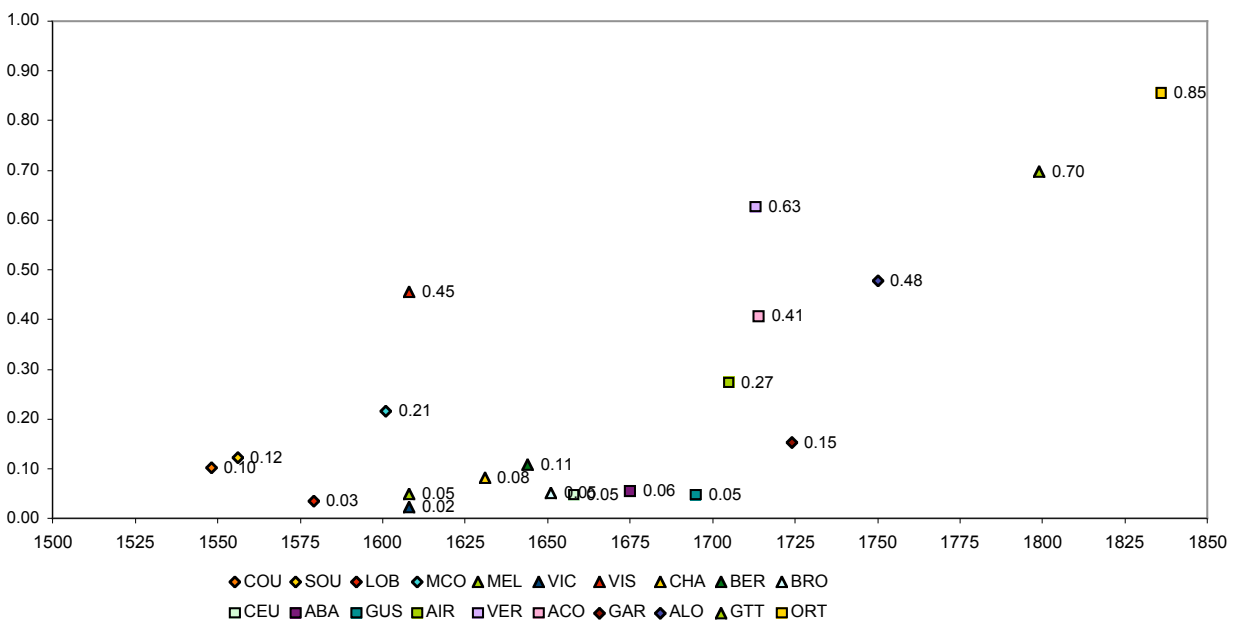
André de Barros (1675-1654) *A Vida do Padre António Vieira*

para um estudo detalhado da colocação de clíticos nos contextos de variação definidos acima (cf. Galves, Britto e Paixão de Sousa, 2005).⁴ A imagem da variação ênclise/próclise nas orações com verbo precedido de sujeito, advérbio ou sintagma preposicional⁵ pode ser observada no gráfico a seguir, onde cada ponto corresponde à percentagem de ênclise para cada texto. As datas correspondem ao ano de nascimento dos autores:

Figura 1:

Galves, Britto & Paixão de Sousa 2002

Ênclises em sentenças V2 em 20 textos do Corpus Tycho Brahe



-
- Alexandre de Gusmão (1695-?) *Cartas*
 - Matias Aires (1705-1763) *Reflexão sobre a Vaidade dos Homens e Carta sobre a Fortuna*
 - Antonio Verney (1713-1792) *Verdadeiro Método de Estudar*
 - Correia Garção (1724-1772) *Obras Completas*
 - Marquesa D'Alorna (1750-1839) *Cartas e Outros Escritos*
 - Almeida Garrett (1799-1854) *Viagens na Minha Terra*
 - Ramalho Ortigão (1836-1915) *Cartas a Emília*

⁵ Não consideramos aqui dois outros contextos de variação: as orações coordenadas em que o verbo segue imediatamente a conjunção de coordenação, e as orações nas quais o elemento precedendo imediatamente o verbo é uma oração. Nesses contextos, chamados por Galves Britto e Paixão de Sousa (2005) de Contexto de variação II, a variação é muito maior.

Esse gráfico nos dá várias informações importantes. Primeiro, constatamos que até 1700, a próclise é altamente dominante. A grande maioria dos textos apresenta entre 0 e 12% de ênclise. As duas exceções são a *Arte de furta*, de Manuel da Costa e os *Sermões* de Vieira, que como já vimos, tiveram um papel essencial na interpretação dos fatos proposta por Martins. Ora, o gráfico acima nos mostra que o padrão de colocação dos Sermões se afasta não só do que se verifica no contemporâneo de Vieira, Francisco Manuel de Melo, como já observado por Martins, mas também da grande maioria dos autores nascidos na segunda metade do século 16 e no século 17. Mais importante ainda, o padrão de colocação dos Sermões (0.45 de ênclise) se afasta muito fortemente daquele que o próprio Vieira apresenta nas suas próprias Cartas (0,02 de ênclise). A conclusão a que o gráfico acima nos leva é que a alta proporção de ênclise dos Sermões é excepcional na sua época, e não reflete ainda o processo de mudança que vemos aparecer nos textos dos autores nascidos na primeira metade do século 18. Em Galves (2003) e Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005), argumenta-se que o caráter enclítico dos Sermões é devido à recorrência de construções exemplificadas nos trechos a seguir, onde dois termos são enfaticamente contrastados (*a revelação/as boas obras, Deus/nós, Elles/Christo, Deus/os homens*)⁶:

(1) Comparada, porém, qualquer revelação não canonica, com as boas obras, eu antes quizera a certeza das obras, que a da revelação; porque **a revelação** não me póde salvar sem boas obras; e **as boas obras pódem-me** salvar sem revelação. [p.97]

(2) E porque considera Deus não os passos, senão as pégadas? Porque os passos passam, as pégadas ficam; os passos pertencem á vida que passou, as pégadas á conta, que não passa. Mas differentemente não passa Deus pelo que nós tão facilmente passamos! **Nós** deixamos as pégadas de traz das costas, e **Deus tem-n'as** sempre diante dos olhos, com que as nota e observa: as

⁶ As páginas remetem à edição dos Sermões usada no CTB: Lello e Irmãos (1907).

pégadas para nós apagam-se, como formadas em pó, para Deus não se apagam, como gravadas em diamante. [p. 121]

(3) Eles conheciam-se, como homens, **Christo conhecia-os**, como Deus. [p.125]

(4) Deus julga-nos a nós por nós; **os homens** julgam-nos a nós por si. [p.170]

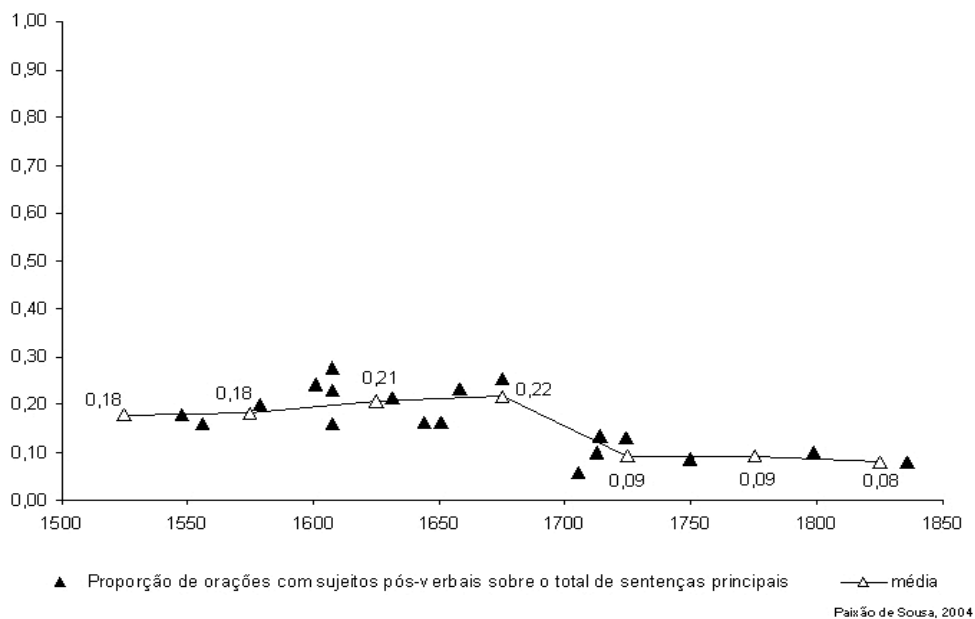
Vale mencionar que *em todos os casos*, sem exceção, em que se encontra esse tipo de recurso estilístico, e claro, na ausência de elemento que torne a próclise obrigatória, a ênclise ocorre. Como a oposição é um recurso constitutiva do estilo barroco, as frases como as ilustradas acima são muito frequentes, e portanto a ênclise também⁷.

Paixão de Sousa (2004) traz outra evidência de que é na virada do século 18 que a língua muda em Portugal. Trata-se da posição do sujeito. O gráfico seguinte, onde os mesmos autores estão reagrupados por períodos de 50 anos, mostra que o aumento da frequência da ênclise em orações *Sujeito-Verbo* coincide exatamente com a diminuição da frequência dos sujeitos pospostos. Esses, que se encontram num patamar constante de cerca de 20% antes de 1700, caem para, e se mantem, em torno de 10% nos autores nascidos depois de 1700.

Figura 2: : *Ordens VS (próclises e ênclises) e proporção de ênclises versus próclises em SV*

(Paixão de Sousa, 2004)

⁷ Para uma análise mais detalhada, remeto o leitor interessado a Galves (2003).



Várias outras evidências empíricas de que a virada do século 18 representa um marco para a história gramatical do português europeu vêm surgindo a partir de trabalhos recentes com base no Corpus Tycho Brahe. É o caso por exemplo dos trabalhos de Telma Magalhães e Simone Floripi sobre o uso do determinante em sintagmas nominais possessivos (Magalhães, 2002 e Floripi, em andamento), bem como a tese recente de Silvia Cavalcante sobre o uso de ‘se’ indeterminado nas orações infinitivas (Cavalcante, 2006).

Temos portanto uma convergência de índices de que a mudança gramatical que afetou colocação de clíticos e a posição do sujeito tem seu início por volta de 1700. Essa mudança, que corresponde ao nascimento do Português europeu moderno (PE), e ao fim do chamado português clássico (PCl) já tinha sido localizada na passagem do século 17 para o 18 por várias propostas tradicionais de periodização que apresentamos acima⁸.

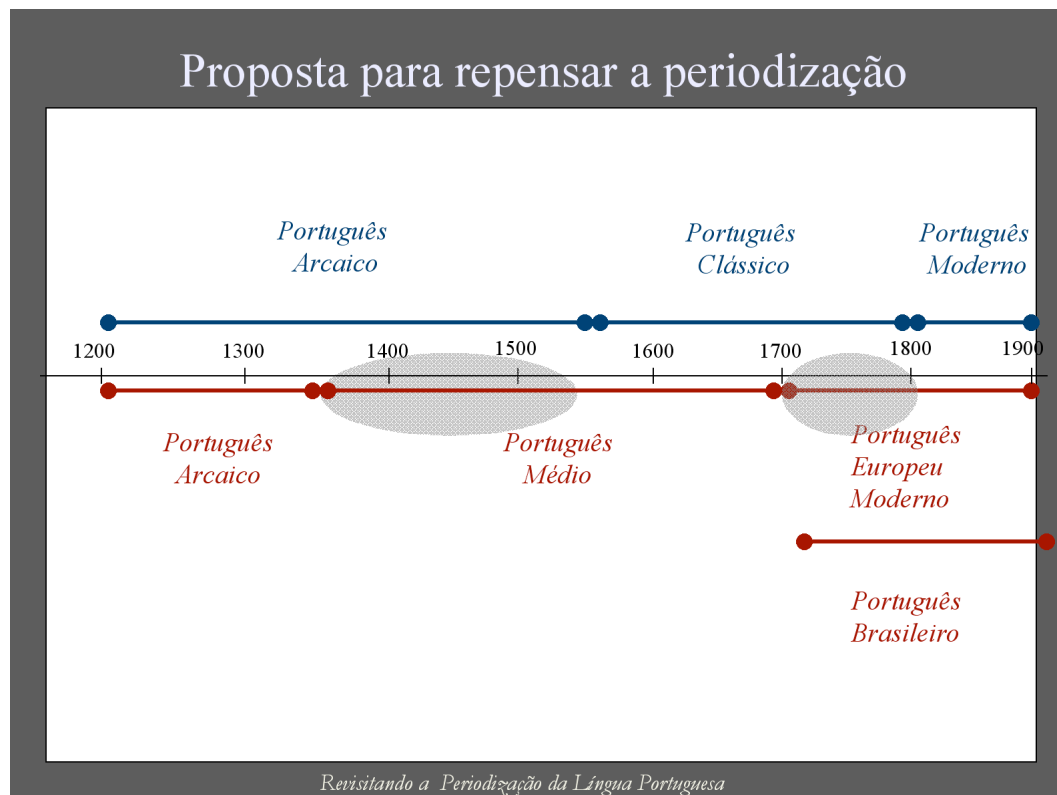
⁸ A questão da ordem de palavras não passou despercebida aos historiadores da língua, que a interpretaram como um fenômeno estilístico e literário. Veja-se a afirmação de Mattoso Câmara acima, que vale repetir aqui: ‘no português clássico, é sensível uma disciplina sintática calcada no latim literário, com a estruturação de uma elaborada e complexa hipotaxe, enquanto a partir do século 18 essa disciplina se quebra e a frase escrita se pauta por períodos mais curtos, sintaticamente soltos, sob a influência do francês escrito’. Para uma discussão detalhada dessa abordagem remeto o leitor interessado a Paixão de Sousa (2004), Cap.II.

A questão agora é a datação do início do PCI? Segundo a tradição da periodização da história do português, ele teria sua origem nos quinhentos, e corresponderia, como seu nome indica, à fase clássica da língua. Lembramos que do ponto de vista tradicional, o grande divisor de águas da história do português é o século 16. As razões para isso são de duas ordens. Do lado da história externa, o século 16 é o século da expansão da tipografia e com ela da normatização da língua com o surgimento das primeiras gramáticas. Do lado da história interna, como mencionamos acima, é o marco final da presença de traços da língua arcaica nos textos.

Convém aqui nos determos um momento sobre a relação entre os fenômenos observados e as interpretações desses mesmos fenômenos em termos de periodização. As divisões propostas pelos autores citados por Mattos e Silva, bem como a afirmação de que “uma língua não nasce em dia e hora certa, nem evoluciona num momento de um estado a outro. Algumas transformações realizam-se devagar, outras muito depressa”, se baseiam numa concepção de língua em que o objeto analisado é a Língua-Externa, ou seja o conjunto dos enunciados produzidos num determinado momento por uma determinada comunidade de fala. Em linguística histórica, a Língua-Externa é constituída pelo conjunto dos textos a que temos acesso. Nos textos, de fato, o processo de declínio da língua arcaica começa na segunda metade do século 14, e só se completa no século 16. Mas se deslocarmos nosso objeto para a Língua-Interna, ou seja a gramática, ou as gramáticas que estes textos instanciam, a interpretação da imagem que os textos nos dão da evolução no tempo das frequências de uso de determinadas formas ou construções muda. A noção de competição de gramáticas, proposta por Kroch (1994, 2001), nos permite olhar para a mudança de maneira diferente, e em particular reinterpretar a noção de fase de transição, que aparece frequentemente nas descrições da mudança linguística. Desse ponto de vista, é muito interessante retomar a visão de certos historiadores da língua portuguesa, quando falam de “fase pré-clássica” (Vasquez Cuesta), ou de “formação do português clássico” (Teyssier), ou seja em lugar de falar do fim de um estado de língua, falam do início de outro.

De um ponto de vista puramente diacrônico, essa antecipação é um tanto estranha. Do ponto de vista da competição de gramáticas, ela adquire todo o seu sentido. As formas e construções produzidas pela gramática do português arcaico entram a partir de um certo momento nos textos em competição com formas e construções produzidas por uma nova gramática, que ao longo do tempo, acabará vencendo e se impondo. Esse raciocínio nos leva obviamente a definir o início dessa nova gramática no momento em que aparece a competição nos textos, e não quando esta se resolve com a vitória da gramática inovadora. Interpretamos os gráficos acima em relação ao início da mudança e não em relação a seu fim. Foi o que fizemos implicitamente a respeito da mudança do português clássico para o português moderno, assumindo que o início da mudança nos textos refletia a emergência de uma nova gramática, entrando em competição com a antiga. Aplicado à outra ponta da história, podemos fazer coincidir o início da gramática do português clássico com o limite inicial do português pré-clássico de Vasques Cuesta. Nossa periodização poderá ser assim expressa pelo seguinte quadro, onde, seguindo a proposta em Galves (2004) e retomada em Paixão de Sousa (2004) e Galves Namiuti e Paixão de Sousa (2005), adotaremos a apelação de *português médio* para a fase gramatical intermediária entre o português arcaico e o português moderno. Note-se que desse ponto de vista, o português clássico passa a ser uma subdivisão do português médio. Deve-se ressaltar que é durante a fase clássica que a gramática do português médio adquire sua expressão mais perfeita. O quadro a seguir, de Galves Namiuti e Paixão de Sousa (2005), mostra a diferença entre as duas periodizações:

Figura 3: A periodização das gramáticas portuguesas (Galves, Namiuti e Paixão de Sousa, 2005)



No gráfico acima, a linha superior corresponde às periodizações tradicionais, e a linha inferior à periodização defendida aqui. Nesta, as zonas em cinza correspondem aos períodos de competição de gramáticas.

O que distingue fundamentalmente esta proposta das tradicionais, é que ela desloca seu objeto da Língua-Externa para a Língua-Interna, ou seja para a gramática. Um dos efeitos desse deslocamento é retirar do século 16 o estatuto de divisor fundamental. Nisso, reencontra-se a organização da História da Língua portuguesa de Teyssier, cujo capítulo intitulado *O português europeu* cobre um período que vai do século 14 até hoje. Vale citar alguns trechos do primeiro parágrafo desse capítulo:

‘Por volta de 1350, quando se esgota a escola literária galaico-portuguesa, as consequências do deslocamento para o sul do centro de gravidade do reino independente de Portugal vão aparecer em plena luz. O português já cortado do galego por uma fronteira política, é a língua de um país cuja capital ...é Lisboa. [...]Assim o eixo Lisboa-Coimbra constitui doravante o centro do domínio da

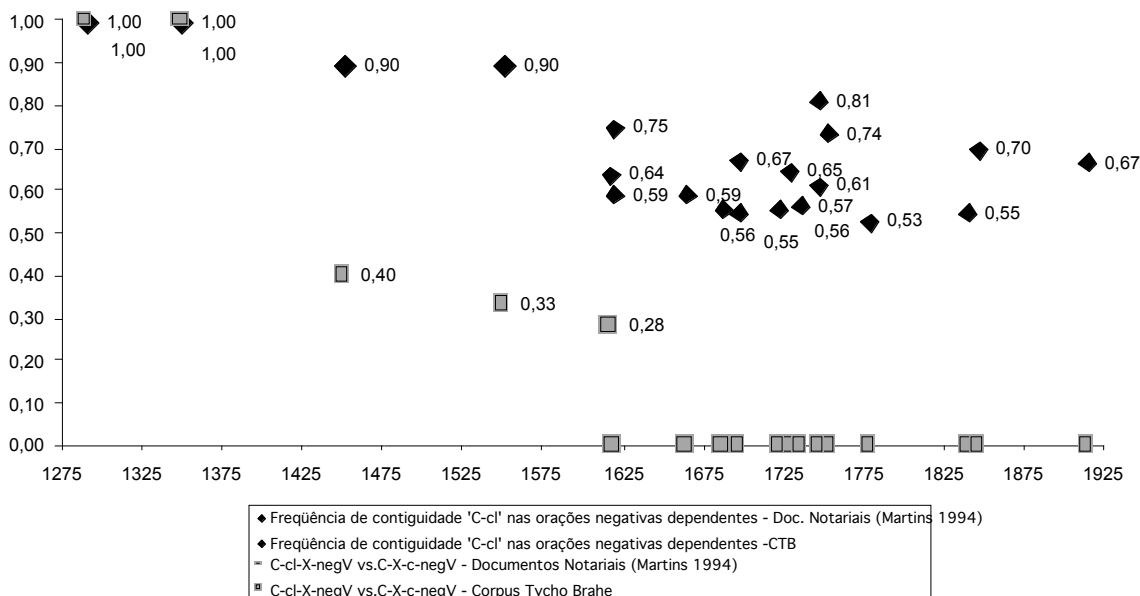
língua portuguesa. É portanto a partir dessa região, antigamente mozárabe que o português moderno vai se constituir, longe da Galícia e das províncias septentrionais onde tinha suas raízes. É daí que partirão as inovações prometidas ao sucesso, é aí que se constituirá a norma.’ (op. cit., trad. Celso Cunha, p. 41)

Note-se que definir a gramática como objeto de investigação não implica em abstrair a história externa da língua. No caso, o fato histórico que sustenta a hipótese da emergência nos textos de um novo padrão gramatical no decorrer do século 14 é o deslocamento do poder político do norte para o sul do país, já ocorrido no século anterior,⁹ e que começa a se expressar na língua escrita quando a norma do norte entra em decadência, no momento em que “se esgota” a poesia trovadoresca.

Do ponto de vista do estudo dos textos, esta análise encontra um forte suporte no trabalho de Namiuti sobre o fenômeno da interpolação. O gráfico abaixo (Namiuti, em progresso), retirado de Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2005), mostra que o início da perda da adjacência do clítico com o complementador em orações negativas tanto em orações C-cl-neg-V, quanto C-cl-X-neg-V, onde X representa um elemento interpolado diferente da negação, se dá entre 1350 e 1450.

Figura 4: Evolução da interpolação na história do português europeu (Namiuti, em andamento)

⁹ O rei de Portugal Afonso III instala sua corte em Lisboa em 1258. Note-se que os efeitos dessa mudança na localização do centro político já tem efeito no século 13, uma vez que Martins (1994), encontra uma diminuição da ênclise nos textos notariais de 93% para 73% entre 1200 e 1300. Ribeiro (1995) confirma esse fato ao achar 89% de ênclise no Foro Real, texto do século 13, e 69% nos Diálogos de S. Gregório, do século 14.



Voltemos agora ao Português brasileiro.

II. A origem do PB, ou “a mudança sintática do português brasileiro é mudança em relação a que gramática”

A resposta que eu trago aqui à pergunta de Ilza Ribeiro é então esta: o português brasileiro mudou em relação ao português médio. A língua das caravelas é o português médio, a língua falada em Portugal nos dois primeiros séculos da colonização¹⁰.

¹⁰ Note-se de início que o português brasileiro compartilha ao menos dois traços sintáticos superficiais com o português médio. O primeiro, mais visível, é a próclise nos contextos definidos acima, que distingue ambos tanto do português europeu moderno quanto do português arcaico (cf. acima). O segundo, menos óbvio, é o fato de que a posição pre-verbal não é própria do sujeito, entendido como argumento externa do verbo, mas pode ser preenchida por qualquer constituinte do VP. Na esteira do trabalho pioneiro de Eunice Pontes, numerosos trabalhos têm afirmado o caráter de língua de tópico do português brasileiro (cf. entre outros Galves, 1987 e Negrão 1999). O português médio também pode ser caracterizado como língua de tópico no sentido que o elemento préverbal não é obrigatoriamente, como nas línguas de sujeito, o sujeito. Por falta de espaço, não aprofundarei essa questão aqui.

Várias perguntas surgirão certamente imediatamente na mente dos leitores:

- 1) Haverá uma unidade da língua portuguesa trazida ao Brasil nas caravelas?
- 2) Essa gramática, instanciada nos textos literários, pode ser atribuída aos falantes não cultos?
- 3) E o português europeu moderno, que vemos surgir nos textos dos autores nascidos a partir de 1700, não terá tido efeito sobre o português desenvolvido no Brasil, uma vez que em regiões da colônia como S.Paulo, é justamente nesse século que ele se afirma contra a língua geral?

Em relação à primeira pergunta, não tenho muito a dizer. Precisamos de mais estudos para avaliar a extensão da variação linguística no território português ao longo dos séculos que nos interessam. Paul Teyssier, na sua *História da língua portuguesa*, enfatiza a coincidência quase perfeita entre a extensão territorial da língua portuguesa e as fronteiras da nação portuguesa. Ele afirma: ‘Amputado do galego, o português chegou a ocupar um território que corresponde, aproximadamente, ao território nacional de Portugal continental [...] Como se vê, o português é uma língua nacional praticamente “perfeita”. Ocupa, além disso, a área que se manteve estável desde a origem. Portugal é um país que ignora os problemas criados, em outras regiões, pela existência de minorias linguísticas’. (Teyssier, 1980, trad. bras. pp. 47-48).¹¹

Quanto à língua popular, temos importantes elementos de resposta no trabalho de Paixão de Sousa (2004), que compara os textos do Corpus Tycho Brahe com o Corpus reunido por Rita Marquilhas na sua tese *A Faculdade das Letras* (Marquilhas, 2000). Paixão de Sousa mostra que os textos escritos na segunda metade do século 17 por pessoas que Marquilhas caracteriza como “mãos

¹¹ O termo “perfeito”, no texto de Celso Cunha, está pela expressão praticamente intraduzível “sans bavures”, literalmente “sem borrões”. É uma metáfora da quase perfeita coincidência dos limites linguísticos e nacionais. Quanto às ilhas da Madeira e dos Açores, que tiveram um papel importante no povoamento do sul do Brasil (cf. Oliveira, 2001) deve-se lembrar que foram integralmente povoadas por portugueses no século 15, período que já corresponde, segundo a análise proposta aqui ao português médio.

inábeis”, ou seja gente pouquíssima treinada para a escrita, apresentam uma frequência de sujeitos pós-verbais de 16%, comparável com os observados nos textos dos letrados do Corpus Tycho Brahe na mesma época (cf. figura 5). Isso sugere que a ordem VS dos textos não é, como frequentemente afirmado pelos gramáticos e historiadores tradicionais da época clássica o efeito de recursos estilísticos próprios da língua escrita culta (cf. a citação de Mattoso Câmara, na nota 8), mas produzido pela gramática, entendida como Língua-I, dos falantes da época. Outro ponto importantíssimo enfatizado por Paixão de Sousa, é que, nesses textos, a proporção de construções SV com ênclise em relação a todas as orações principais com clíticos não passa de 5%. Ora, ela argumenta que a mudança para o PE acontece quando, na distribuição de todas as orações não dependentes com clíticos, a relação entre o número de sujeitos pós-verbais (com próclise ou ênclise) e o número de SV com ênclise se inverte. Até um certo momento, a construção VS é mais frequente nos textos do que a construção SV-cl¹². Depois, é SV-cl que passa a ser mais frequente, e vai aumentando até se tornar a construção mais frequente de todas. Usando como critério essa relação numérica, podemos situar os textos do Corpus da Mãos Inábeis de Rita Marquilhas, sem dúvida, na fase anterior à mudança, e considerá-los como representativos da gramática do Português Médio. Além disso, podemos concluir que não há diferença essencial entre a língua-I dos não letrados e a língua-I dos letrados.

A última pergunta colocada acima é o efeito sobre o português brasileiro da mudança ocorrida em Portugal depois de 1700. Como aludido acima, o século 18 representa um marco na política linguística da Coroa portuguesa no Brasil uma vez que em 1758, o Marquês de Pombal proíbe o uso da língua geral e obriga oficialmente o uso da língua portuguesa em todo o território brasileiro (cf. Teyssier, 1980, p. 95). Para certos historiadores da língua, isso marca o fim do “estágio do

¹² É interessante notar, como o faz Paixão de Sousa, que essa relação se mantém mesmo nos autores “mais enclíticos”, ou seja naqueles em que a proporção de ênclise em relação à próclise é alta. Por exemplo, os sermões de Vieira têm 45% de ênclise com SV. Porém a proporção de SV-cl no total das orações não dependentes não passa de 3%.

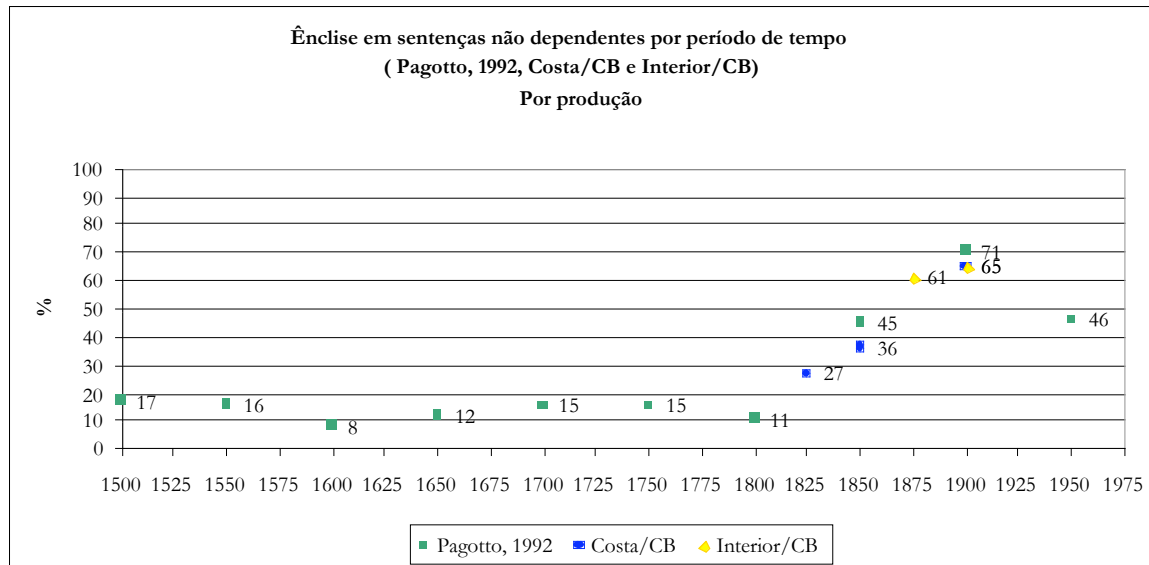
multilinguismo” (cf. Marlos Pessoa de Barros, apud Lobo, 2001, p.29). Poderíamos achar aí uma forte indicação de que o português falado no século 18, cuja gramática já é o PE, tem um papel relevante na formação do português brasileiro. É baseada nesse mesmo fato que Ilza Ribeiro, no artigo já citado, afirma: ‘Ao menos duas gramáticas portuguesas, que grosso modo podemos identificar como a dos séculos XVI-XVIII e a dos séculos XIX-XX, ofereceram dados para a aquisição no Brasil’. (op. cit. p. 102). Queria contudo, argumentar contra essa conclusão. Os fatos em que me basearei são os seguintes.

Primeiro, na continuação do trecho citado acima, Teyssier afirma: ‘é também no decorrer do século 18 que se documentam as primeiras alusões aos traços específicos que caracterizam o português falado no Brasil’ (op. citado, p. 95). Ele cita o gramático Frei Luís do Monte Carmelo que, em 1767, ‘assinala pela primeira vez um traço fonético dos brasileiros, que é o de não fazer distinção entre as pretônicas abertas (ex. : pàdeiro, prègar, còrar) e as fechadas (ex.: cadeira, pregar, morar)’. Isso nos mostra uma consolidação da fonética atual do português brasileiro já menos de 10 anos depois da implementação da política do Marquês de Pombal. Por outro lado, a variação oriunda da dupla colonização do sul do Brasil por Paulistas e Açoreanos no século 18 mostram que traços fonéticos como a palatalização do -t- bem como o uso de *você* já diferenciavam os Paulistas dos colonos recém-chegados (cf. Oliveira, 2001). O fato dos estudos sintáticos serem menos conclusivos em mostrar a sintaxe brasileira já emergindo nos textos do século 18 se deve mais à natureza dos corpora utilizados pelos estudos diacrônicos até pouco tempo atrás. A produção de grandes corpora de textos escritos mais próximos da linguagem coloquial nos trará certamente grandes novidades em relação a isso. Encontramos contudo em alguns estudos evidência da emergência da gramática brasileira em textos do século 18 (cf. por exemplo Pagotto 1992, 1993 para a colocação de clíticos). Tudo isso sugere fortemente que o PB atual já está na mente dos brasileiros do século 18 e que a mudança em Portugal não chegará a afetar a aquisição das gerações futuras. O seu papel de fato se limitará a modificar a

língua de prestígio, e introduzir um terceiro termo na competição de gramáticas instanciada nos textos (cf. Carneiro, 2005).

É assim que, de maneira aparentemente paradoxal, é no século seguinte, quando a sintaxe do português brasileiro já se mostra nitidamente nos textos, que assistimos ao aumento das marcas da gramática do PE¹³. A figura 5, a seguir, tirada de Carneiro (2005), mostra o aumento da ênclise nos textos brasileiros escritos depois de 1800.

Figura 5:



Esta figura põe num mesmo gráfico os dados de Pagotto (1992) e os dados retirados do corpus de cartas pessoais escritas entre 1809 e 1907 editadas por Carneiro (2005). Esses últimos são divididos em dois grupos : Cartas da Costa e Cartas do Interior. A comparação da figura 5 com a figura 1 mostra uma evolução paralela à do português europeu, com 100 anos de diferença.¹⁴ Mostra também

¹³ Esse fato foi enfatizado pela primeira vez por Pagotto (1998) ao mostrar o forte aumento do uso da ênclise na Constituição da República em relação à do Império.

¹⁴ Em realidade é menos de 100 anos se considerarmos que o gráfico 1 leva em consideração as datas de nascimento dos autores.

que, em vez de se completar, a evolução para o padrão enclítico se interrompe, e passa a regredir, entre 1900 e 1950.

O fato de emergir uma nova gramática em Portugal ao longo do século 18, que só se torna dominante nos textos escritos no século 19, tem como efeito uma nova competição de gramáticas nos textos produzidos no Brasil ao longo desse século. Mas contrariamente ao que acontece no português europeu, e ao que acontece normalmente na situação de competição de gramáticas, há uma reversão da tendência, e o aumento da ênclise é seguido pelo seu decréscimo. Isso se explica se a curva ascendente na figura 5 não é propriamente o efeito de uma mudança gramatical (associada à aquisição natural da língua) mas o resultado de um empréstimo crescente, durante o século 19, de construções produzidas por uma gramática de maior prestígio, a do português europeu moderno. Carneiro (2005) mostra que nas mesmas cartas que apresentam taxas crescentes de ênclise nas construções descritas acima, também achamos construções típicas da gramática do português brasileiro como a próclise em primeira posição absoluta e a próclise ao verbo não finito nas locuções verbais. E mais, de maneira aparentemente paradoxal, é nos textos onde se acha mais próclise brasileira que se acha ênclise em mais contextos, inclusive em contextos onde a ênclise é impossível em português europeu moderno, como nas orações introduzidas por um operador. Isso aponta para uma aquisição imperfeita da língua de prestígio, que se expressa sobretudo nos autores menos cultos, que são aqueles que também mais deixam escapar o vernáculo.

III. Para concluir

A análise proposta aqui se assenta fortemente em duas ferramentas. Uma, empírica, baseada no estudo sistemático de grandes quantidades de dados de língua. A outra teórica, fundamentada na dicotomia Língua-Interna/Língua-Externa, e seu corolário, a noção de Competição de Gramática.

Com essas duas ferramentas, podemos enfrentar novas e antigas perguntas de maneira fecunda. Aqui, mostrei que o estudo sistemático da colocação de clíticos na história do português, interpretada à luz da Competição de gramáticas, nos permite sustentar uma periodização do português bastante coerente com algumas das propostas tradicionais baseadas em história externa da língua, mas que retira contudo, no que diz respeito à Língua-I, o estatuto de divisor das águas comumente atribuído ao século 16. Desse ponto de vista, o português médio, ancestral comum às duas línguas modernas, tem seu início no decorrer do séc. 14, entrando em competição com o português antigo nos textos até o século 16. É no século 16 e 17, fase que corresponde ao chamado português clássico que o português médio aparece de maneira mais ‘impoluta’ nos textos. E a proposta essencial deste texto é que este português médio é a língua trazida pelas caravelas. Também argumentei que temos diversas razões empíricas de concluir que a mudança ocorrida em Portugal no século 18 não afeta a Língua-Interna desenvolvida no Brasil, mas somente a Língua-Externa, pela competição que se expressa nos textos escritos no século 19.

A fecundidade de uma análise consiste na sua falseabilidade, e na sua capacidade de gerar novas perguntas. Espero com este texto ter contribuído nesse sentido.

Referências bibliográficas

Carneiro, Zenaide Novaes. 2005. *Cartas da Bahia (1809-1907): um estudo filológico-linguístico*, Tese de doutorado inédita, Unicamp.

Cavalcante, Sílvia de Oliveira. 2006. *O se com infinitivo na história do português, do português clássico ao português europeu e brasileiro modernos*. Tese de doutorado inédita, Unicamp.

Chomsky, Noam. 1985. *Knowledge of Language, its nature, acquisition and use*, Nova York: Praeger.

Cintra, Luis Felipe Lindley. (1963) *Les anciens textes non littéraires, classement et bibliographie*, *Revue de Linguistique Romane*, 27, pp. 40-58, Paris.

Castro, Ivo. 1994. "Para uma história do português clássico" in Inês Duarte e Isabel Leiria (orgs.) *Atas do Congresso Internacional sobre o português*, Vol. II, pp. 135-150.

Cuesta, Pilar Vasquez, & M.A.M Luz. 1961 *Gramática portuguesa*, Madrid: Gredos.

Floripi, Simone Azevedo (em andamento) "Estudo da variação do determinante em sintagmas nominais possessivos do Português Médio ao Português Europeu Moderno", projeto de doutorado.

Galves, Charlotte. 2003. "Sintaxe e estilo nos sermões do Padre Antonio Vieira", in Tânia Alkmin, Eleonora Albano, Maria Irma Hadler, Sírio Possenti (orgs.) *Saudades da Língua*, S.Paulo: Companhia das Letras.

_____ 2004. *Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros e Mudança Lingüística*, Fase II. Projeto Temático Fapesp. (<http://www.ime.usp.br/~tycho/presentation>).

Galves, Charlotte, Helena Britto & Maria Clara Paixão de Sousa 2005 "The Change in Clitic Placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus,

Journal of Portuguese Linguistics, vol. 4, 1, José Ignacio Hualde (org.). *Special Issue on Variation and Change in the Iberian Languages: the Peninsula and beyond*.

Galves, Charlotte, Maria Clara Paixão de Sousa & Cristiane Namiuti 2005 “Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa”, comunicação apresentada no 6o Congresso de Lusitanistas alemães, Universidade de Leipzig, a sair in A, Endruschat, R. Kemmler & B. Schafer-Prieß (orgs.) *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*, Tübingen: Calepinus Verlag, 2006.

Galves, Charlotte & Filomena Sândalo 2004 “Clitic-placement in Classical and Modern European Portuguese”, *MIT Working Papers*, vol 43, pp 115-128.

Hauy, A. 1989. *História da língua portuguesa (sécs. XII, XIII e XIV)*, São Paulo: Ática.

Kroch, Anthony 1994, “Morphosyntactic Variation” *Proceedings of the 30th annual meeting of the Chicago Linguistics Society*, vol 2, pp. 180-201.

_____ 2001 “Syntactic Change”, in Mark Baltin & Chris Collins (orgs.), *Handbook of Syntax*, Blackwell.

Lima Coutinho. 1976 *Fatos de Gramática histórica*, Rio de Janeiro: Acadêmica.

Lobo, Tânia. 1992. A colocação de clíticos em português. Duas sincronias em confronto, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia.

_____ 2001. Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil. Tese de doutorado inédita, UFBA.

Magalhães, Telma. 2002 O Uso de Artigo Definido diante de Pronomes Possessivos em Textos Portugueses do Século XVI a XIX. Trabalho de qualificação, Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp.

Marquilhas, Rita. 2000. *A faculdade das letras*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.

Martins, Ana Maria. 1994. Clíticos na história do português. Tese de doutorado inédita, Universidade de Lisboa.

Matoso Câmara Jr, Joaquim. 1975. *História e estrutura da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Padrão.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 1994. “Para uma caracterização do período arcaico do português”, *D.E.L.T.A*, vol.10, N° especial, pp.247-276.

_____ (org.) 2001 *Para a história do português brasileiro, vol II: Primeiros estudos*, São Paulo, Humanitas.

Namiuti, Cristiane. em andamento. “Colocação de clíticos, interpolação e mudança gramatical na história do português europeu”, projeto de doutorado, UNICAMP.

Oliveira, Gilvan Muller de 2001 Matrizes da língua portuguesa no Brasil meridional 1680-1830, in Mattos e Silva (org.)

Pagotto, Emílio. 1992. A posição dos clíticos em português, um estudo diacrônico, Dissertação de Mestrado, Unicamp.

_____ 1993.

_____ 1998. Norma e condescendência, ciência e pureza, *Linguas e Instrumentos linguísticos*, 3, Campinas: Pontes.

Paixão de Sousa, Maria Clara 2004 *Língua barroca: sintaxe e história do português nos seiscentos*, tese de doutorado inédita, Unicamp.

Ribeiro, Ilza 1998 “A mudança sintática do PB é mudança em relação a que gramática?” In: A. Castilho (org.) *Para a história do português brasileiro. Primeiras idéias*, Vol. I., Humanitas: São Paulo, pp. 101-119.

Silva Neto, Serafim da.

Teysier, Paul 1980 *Histoire de la langue portugaise*, Presses Universitaires de France, col. Que sais-je. Tradução brasileira por C. Cunha, *História da Língua portuguesa*, Martins Fontes, 2ª ed. 2001.

Vasconcelos, Carolina Michaelis. 1956. Lições de Filologia portuguesa (segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/1912 e de 1912/1913), Lisboa, Revista de Portugal.

Vasconcelos, José Leite de. 1959 *Lições de Filologia portuguesa*, Rio de Janeiro: Livros de Portugal.